



UNIVERSIDADE FEDERAL DE VIÇOSA
CENTRO DE CIÊNCIAS AGRÁRIAS
DEPARTAMENTO DE ECONOMIA RURAL
BACHARELADO EM COOPERATIVISMO

**A FEIRA DE AGRICULTURA FAMILIAR E ECONOMIA SOLIDÁRIA DE PAULA
CÂNDIDO/MG: CRIAÇÃO E ESTRATÉGIAS DE AÇÃO COLETIVA**

VIÇOSA
MINAS GERAIS - BRASIL
2022

JEFERSON HENRIQUE DOS REIS LOPES

**A FEIRA DE AGRICULTURA FAMILIAR E ECONOMIA SOLIDÁRIA DE PAULA
CÂNDIDO/MG: CRIAÇÃO E ESTRATÉGIAS DE AÇÃO COLETIVA**

VIÇOSA
MINAS GERAIS - BRASIL
2022



UNIVERSIDADE FEDERAL DE VIÇOSA
CENTRO DE CIÊNCIAS AGRÁRIAS
DEPARTAMENTO DE ECONOMIA RURAL
BACHARELADO EM COOPERATIVISMO

**A FEIRA DE AGRICULTURA FAMILIAR E ECONOMIA SOLIDÁRIA DE PAULA
CÂNDIDO/MG: CRIAÇÃO E ESTRATÉGIAS DE AÇÃO COLETIVA**

TCC apresentado à Universidade Federal de Viçosa, como parte das exigências para conclusão do curso de Bacharelado em Cooperativismo.

JEFERSON HENRIQUE DOS REIS LOPES
(Graduando em Cooperativismo)

PROF. DR. MARCELO MINÁ DIAS
(Orientador)

VIÇOSA
MINAS GERAIS - BRASIL
2022

RESUMO

O presente trabalho analisou a articulação entre os distintos atores sociais na criação e as estratégias desenvolvidas para a manutenção da Feira de Agricultura Familiar e Economia Solidária de Paula Cândido/MG. Para alcançar esse objetivo, foi realizada uma pesquisa exploratória utilizando uma abordagem qualitativa. A coleta foi dividida em duas etapas: a pesquisa documental e a realização de entrevistas em profundidade com atores envolvidos com a criação e gerenciamento da Feira. Logo após a realização das entrevistas, estas foram transcritas e o conteúdo analisado utilizando a Análise de Conteúdo. Paula Cândido possui uma população estimada de 9.571 habitantes, destes, 53% são residentes das áreas rurais, tendo sua economia predominantemente vinculada à atividade agropecuária. Nesse sentido, a criação de uma feira livre era antiga demanda que, em 2021, se tornou realidade a partir do apoio e assessoramento a um grupo de feirantes (agricultores e artesãos) pela Incubadora Tecnológica de Cooperativas Populares da Universidade Federal de Viçosa (ITCP/UFV), Empresa Brasileira de Assistência Técnica e Extensão Rural (Emater-MG), Sindicato dos Trabalhadores Rurais (STR) de Paula Cândido e administração pública local (Secretaria Municipal de Agricultura e Meio Ambiente e Secretaria de Turismo e Cultura). Estes agentes se articularam para viabilizar as condições para mobilização de recursos e organização do funcionamento da Feira. Este processo foi analisado com referência a teorias da ação coletiva e referências sobre a ação extensionista (universitária e rural), mobilizando, como apoio à análise, categorias e referentes vinculados à agricultura familiar, suas relações mercantis; as características de um empreendimento econômico solidário e; e os métodos de extensão universitária e rural. Os resultados da análise indicam que a Feira proporcionou aprimorar a intervenção de atores sociais que agem coletivamente para contribuir com o desenvolvimento local. Foi possível descrever as iniciativas dos atores e seu impacto nas políticas públicas, com a criação do “Vale Feira”. Além disso, a Feira possibilitou um espaço público de comercialização e lazer; de reconhecimento e valorização da produção local e da agricultura familiar; de circulação local de recursos financeiros; de interação e socialização para os feirantes e a população local; e de disseminação das informações e inovações ao aperfeiçoamento do processo produtivo. Por fim, cabe destacar que a iniciativa estimulou laços entre a comunidade e a Universidade por meio de uma ação de extensão universitária.

Palavras-chave: agricultura familiar; extensão rural; circuitos curtos; ação coletiva.

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO	5
INTRODUÇÃO	6
OBJETIVOS	8
Objetivo geral	8
Objetivos específicos	8
REFERENCIAL TEÓRICO	9
Agricultura familiar, a comercialização e os circuitos curtos	9
A ação coletiva e o processo organizacional	12
Características da ação extensionista	14
PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS	18
Lócus de pesquisa	18
Coleta de dados	20
RESULTADOS E DISCUSSÃO	21
Caracterização da Equipe de Coordenação	21
Primeiros passos na construção da Feira: o início do processo	23
Sobre os métodos de interação na ação extensionista	27
Potencialidades da Feira	34
CONCLUSÃO	38
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	40
Anexo I (Roteiros utilizados na pesquisa de campo)	43

APRESENTAÇÃO

Ao longo da minha graduação tive a oportunidade de participar de diversos espaços acadêmicos que contribuíram, de forma complementar, à minha formação curricular. Fui membro do Centro Acadêmico do Cooperativismo, participando de sua gestão por um ano e meio como Diretor de *Marketing*. Fui bolsista de iniciação científica da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de Minas Gerais (FAPEMIG) por dois anos no projeto “Mobilidade socioespacial e trajetórias migratórias entre as gerações de famílias rurais” sob orientação da Professora Sheila Maria Doula, coordenadora do Grupo de Pesquisa “Observatório da Juventude Rural” e vinculada ao Departamento de Economia Rural (DER/UFV). Esta experiência me proporcionou contato com os métodos da pesquisa acadêmica e com parte da literatura que utilizo neste trabalho.

Complementando essas experiências acadêmicas, realizei o Estágio Curricular Obrigatório, entre setembro de 2019 e setembro de 2021, no Serviço Nacional de Aprendizagem do Cooperativismo no Estado do Acre (SESCOOP/AC), oportunizando, em um ambiente não acadêmico, o aprofundamento das discussões relativas ao cooperativismo e à agricultura familiar.

Essas experiências foram valiosas para a elaboração do projeto de Trabalho de Conclusão de Curso e, posteriormente, na condução da pesquisa de campo e redação dos resultados aqui apresentados nesta monografia.

INTRODUÇÃO

No ano de 2020 emergiu uma das maiores crises sanitárias e humanitária do planeta, originando uma pandemia, causada pelo vírus Sars-Cov-2. Uma das formas de evitar o contágio e a disseminação do vírus foi, inicialmente, a orientação para o distanciamento ou o isolamento social. Em decorrência desta recomendação da Organização Mundial de Saúde (OMS), colocada em prática por governos nacionais, a população teve que se adaptar. Uma das formas mais utilizadas para manter contatos, atividades educativas e negócios foi, naquele momento, a interação remota.

Como consequência do distanciamento e do isolamento, os agricultores familiares foram prejudicados, em certa medida, quanto à capacidade de escoamento de sua produção e de comercialização, situação que antes mesmo da pandemia já era frágil, como pode se observar nos estudos de Silva (2020)¹. Neste mesmo período, mais precisamente um ano após o início da pandemia, em 2021, estava em curso a elaboração de um projeto para a realização de uma feira livre no município de Paula Cândido. O processo de criação da Feira da Agricultura Familiar e Economia Solidária de Paula Cândido é objeto do estudo que será apresentado a seguir.

As feiras livres são um dos espaços mais antigos de comercialização; e se destacam como “inovações sociais” que visam a criação de relações e troca de informações e conhecimentos entre consumidores e agricultores; e entre os próprios agricultores. Quando regulamentadas como “feiras de produtores”, são consideradas como um “circuito curto de comercialização”. São assim denominadas porque proporcionam a comercialização de produtos diretamente ao consumidor final, eliminando atravessadores, longos deslocamentos e ofertam alimentos de origem conhecida (ROVER; DAROT, 2021).

Nas feiras livres, os agricultores têm facilidade no processo de troca, adquirem liquidez imediata com a venda de produtos, têm oportunidade de agregar valor ao que produzem, além de participarem de um contínuo processo de aprendizagem, estabelecido na interação com os consumidores (Silva, 2019). Tais relações tendem a se fragilizar com o avanço e pressão dos mercados globalizados, ocasionando o distanciamento de produtores e consumidores, resultado

¹ Dados do Censo Agropecuário de 2017 apresenta que nas áreas rurais, a não disponibilidade do serviço de acesso à Internet na área do domicílio representou 20,8%, contra apenas 1,0% em área urbana. Estes dados são relevantes, pois as ações de extensão (universitária e rural) durante a vigência da pandemia passaram a depender, em boa medida, de interações remotas que dependiam do acesso à Internet.

da ampliação das cadeias de distribuição. Os mercados globalizados teriam sido um dos elementos causadores de insegurança alimentar e do enfraquecimento de tradições, costumes e culturas milenares, por consequência do estímulo à produção de alimentos em grande escala e do distanciamento entre o lugar da produção e o lugar do consumo (PLOEG, 2008; ROVER; DAROT, 2021, p. 19).

Uma das formas de minimizar os impactos causados pelos “impérios alimentares” (PLOEG, 2008) e pelas pressões globais dos mercados globalizados é a via de fortalecimento dos circuitos curtos de comercialização (CCC) (SILVA, 2019; GUZMAN, 2012). Essa estratégia política pode ser considerada uma inovação social, que fortalece a produção agropecuária local e regional, bem como o espectro de atividades ligadas à vida e ao trabalho no campo.

Como destacado por Silva (2019), a participação nesses espaços de comercialização oportuniza resistência dos agricultores ao modelo hegemônico de “fazer agricultura” e realizar comércio, além de marcar um conjunto de estratégias e oportunidades passíveis de ampliação de oportunidades de reprodução socioeconômica para a agricultura familiar.

Investigar o fenômeno dos CCC propicia a produção de conhecimento e o levantamento de dados para aprimorar a intervenção de atores sociais que contribuem para o desenvolvimento rural, com fins ao planejamento e a elaboração de políticas públicas e formas de atuação da extensão. Neste trabalho consideramos que as feiras livres expressam os CCC como lugar de destinação e de comercialização do produto.

Em se tratando das feiras, a ação coletiva para sua criação, funcionamento e manutenção é fundamental para a consolidação desses espaços nos municípios. Consideramos que em Paula Cândido há uma ação coletiva que expressa no conjunto de iniciativas que confluem na organização de uma feira livre. Vamos considerar que estas iniciativas são “ações de extensão” direcionadas ao coletivo de feirantes. Desse modo, busca-se com este trabalho investigar e analisar como ocorreu a articulação entre os distintos atores sociais na mobilização e criação da Feira; e quais teriam sido as estratégias desenvolvidas para a manutenção da Feira de Agricultura Familiar e Economia Solidária de Paula Cândido/MG.

OBJETIVOS

Objetivo Geral

Analisar a articulação entre os distintos atores sociais na mobilização/criação e as estratégias empreendidas para a manutenção da Feira de Agricultura Familiar e Economia Solidária de Paula Cândido/MG.

Objetivos Específicos

- Caracterizar o processo de mobilização de agricultores e artesãos para a criação da Feira;
- Investigar e caracterizar o processo da ação coletiva para a constituição da Feira;
- Investigar e caracterizar as estratégias de extensão utilizadas para assessorar os feirantes na manutenção da Feira.

REFERENCIAL TEÓRICO

Agricultura familiar, a comercialização e os circuitos curtos

No Brasil a agricultura familiar pode ser definida como o estilo de agricultura em que produção, moradia, atividade profissional, economia doméstica, patrimônio familiar e relações de reprodução socioeconômica se combinam de modo indissociável (WANDERLEY, 2009).

No contexto brasileiro, a agricultura familiar é responsável por grande parte da produção alimentar, atestando sua relevância para a economia nacional. Esta importância é expressa na oferta de alimentos *in natura*, além de enorme variedade de produtos e matérias-primas que disponibiliza à população e aos agentes econômicos. Kageyama, Bergamasco e Oliveira (2013) apontam que a agricultura familiar participa com 52% do total da produção de alimentos no País. O modo de vida e sua relevância produtiva demonstram a sua importância para a economia do País, destacando seu papel na valorização cultural e na manutenção da segurança alimentar e nutricional (ABRAMOVAY, 2010, BECKER & ANJOS, 2010).

A agricultura familiar pode ser caracterizada como um sistema socioprodutivo gerenciado pela família, ou seja, a unidade familiar é residência, local de convivência familiar e de organização do trabalho para a produção. De acordo com Wanderley (1995), os agricultores familiares representam a categoria que mais sofreu com a modernização excludente da agricultura conduzida pelo Estado brasileiro ao longo das décadas de 1960 e 1970, sob influência de teorias econômicas de modernização e dos preceitos da “revolução verde” e em vigência do regime autoritário².

Com a modernização da agricultura, aliada à estratificação social e à padronização dos processos de produção de alimentos, os sistemas agroalimentares foram se complexificando. Ao longo dos anos e com a consolidação dos “impérios alimentares”, os sistemas socioprodutivos familiares passaram a competir, de forma injusta, com empresas agropecuárias. Outra ameaça ao estilo de vida e produção das agriculturas familiares tem sido a sua integração a cadeias produtivas por meio de contratos para fornecimento de matérias-primas, geralmente

² Os princípios e o modelo da Revolução Verde foram introduzidos no Brasil na época da ditadura militar, nos anos 60 e 70, com as mesmas características do restante do mundo, uma vez que o modelo sustenta a premissa de que a agricultura pode ser industrializada. Um dos impactos marcantes dessa modernização do setor está na incidência de monoculturas com plantas híbridas, além de ser fortemente apoiada em energias não renováveis como fertilizantes, os adubos e no consumo de combustíveis devido à intensa mecanização. O uso de agrotóxicos e de organismos geneticamente modificados completam as características do modelo (OCTAVIANO, 2010).

denominados “contratos de integração”. A produção agropecuária, os próprios alimentos e os hábitos de consumo passaram a ser controlados globalmente por poucas corporações, de maneira centralizada e orientada ao consumo de processados e ultraprocessados (PLOEG, 2008).

Para Ploeg (2008) as redes que sustentam esses impérios são, de modo geral, virtuais e apresentam sua materialidade na medida em que possuem a capacidade de controlar a produção e obter riquezas que antes eram consideradas “bens comuns”. Para fazer isto acontecer, os impérios acionam estratégias para controlar os mercados e a distribuição de alimentos, estipulando padrões e regras, suprimindo fluxos de sentidos e, na maioria das vezes, impedindo que os produtores de escala menor (geralmente agricultores familiares) consigam comercializar os seus produtos de forma justa. As estratégias desses impérios se estruturam por meio da expansão, estabelecimento de hierarquias formais e ordenamento de relações contratuais. Os impérios detêm a capacidade de transitar entre as fronteiras, influenciar governos e suas políticas públicas, além de criar novos sentidos, sabores e significações sobre o alimentar, suprimindo as diversidades sociolimentares territoriais e culturais.

Uma das graves consequências dessa estratégia econômica é a inclusão perversa das agriculturas familiares em “circuitos longos de comercialização” integrados a cadeias produtivas configuradas para extrair o patrimônio natural dos territórios. Nestes circuitos tem-se a padronização de processos produtivos com consequências negativas para as culturas locais. Estabelece-se, portanto, um processo de crescente dependência dos agricultores a insumos e recursos externos.

Os agricultores familiares que não se integram a este sistema sofrem com baixos rendimentos ou permanecem vinculados a atravessadores. Como alternativa a esta problemática os circuitos curtos de comercialização (CCC) surgem como uma possibilidade de ação estratégica e política pública. Para a União Europeia os circuitos curtos de comercialização podem ser caracterizados como uma forma de comercialização que permite aos agricultores familiares:

[...] diminuir o número de intermediários entre o produtor e o consumidor. O circuito mais curto é aquele em que o produtor entrega diretamente o seu produto ao consumidor (venda direta). Esses circuitos constituem oportunidades para criar valor acrescentado no território e reforçar a especificidade dos produtos. Essas formas de venda, através da ligação estreita que estabelecem entre o território, o cliente e o produto, reforçam o caráter não deslocalizável da produção local (FRANÇOIS, 2000, p. 13).

Segundo Guzman (2012), os CCC são um contraponto ao sistema hegemônico. Afinal, propicia uma nova territorialização do sistema agroalimentar, proporciona proximidade e vínculo diferenciado entre produtor e consumidor, além de possibilitar a venda dos produtos a um preço justo (GUZMAN, 2012; SCHNEIDER, 2016, DAROLT, 2012; 2013). A venda a um preço justo, de certa forma, pode se dar pelo fato de que através dos CCC não são necessários atravessadores para intermediar a comercialização. Na perspectiva de Darolt (2013), para além do capital monetário, outros fatores como comodidade da entrega, criação de vínculo e fidelização dos clientes, troca de informações com outros produtores, dentre outros, são relevantes para os agricultores quando optam pela adesão aos CCC.

É importante pontuar que as relações no interior dos CCC devem ser alicerçadas em favor das trocas de informações e do bem-estar dos produtores e consumidores, de maneira a não se encontrarem à mercê de atravessadores (GUZMAN, 2012) ou das vontades dos impérios alimentares (PLOEG, 2008). Acentua-se, portanto, valores como autonomia e emancipação econômica.

No que diz respeito aos tipos de CCC, esses podem ser classificados em dois tipos gerais: venda indireta ou direta. A venda indireta pode ser realizada por lojas independentes, lojas virtuais, programas de compras públicas de alimentos (PAA e PNAE³, por exemplo). Já a venda direta pode ser realizada na propriedade (cestas, agroturismo etc.) ou fora da propriedade (feiras, associações etc.) (DAROLT; LAMINE; BRANDENBURG, 2013).

Em se tratando da venda direta, as feiras têm se apresentado como uma alternativa viável à melhoria de renda de agricultores familiares. As feiras, na visão de Darolt (2013), permitem aos agricultores familiares integrar produtos ao mercado a um preço justo e constituem uma das formas de expressão da Economia Solidária, ao valorizar a produção, regionalizar a economia, inserir as famílias na econômica do território e proporcionar uma melhoria na renda. Todavia, para que se constituam e se desenvolvam é necessário um empenho coletivo, articulação entre os agentes envolvidos e coordenação política da iniciativa.

Em se tratando das relações sociais entre os agricultores familiares e os mercados, deve-se levar em consideração as peculiaridades da produção. Neste processo, verifica-se um conjunto de fatores como tipo de acesso à terra; capacidade de trabalho disponível e de investimento em insumos; saberes acumulados; acesso a conhecimentos e orientação técnica; demanda familiar pela produção de alimentos para autoconsumo; capacidade para transportar a produção aos

³ Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) e Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE).

locais de comercialização; dentre outros. Estes fatores são fundamentais para que possamos compreender o tipo de interação dos agricultores nos CCC e, particularmente, nas feiras livres que se orientam pela Economia Solidária. São fatores que demandam coordenação coletiva, em função das especificidades de cada empreendimento coletivo. Para além, pontua Sabourin (2009), os tipos de mercados instituídos podem ser caracterizados pelas relações entre eles, sejam trocas familiares, autoconsumo e as feiras (trocas mais amplas), por exemplo.

A ação coletiva e o processo organizacional

O fenômeno da ação coletiva e movimentos sociais vem sendo objeto de debate no campo científico há muito tempo, principalmente na sociologia e nas Ciências Sociais. Os primeiros estudos que se dedicaram o tema datam do início da década de 1960 nos Estados Unidos e em alguns países da Europa, posteriormente foi ganhando popularidade e se expandido para o resto do mundo (GOHN, 1997; OSLOM, 1999; MELUCCI, 2001).

Para Tarrow (2009), os teóricos que se dedicaram a estudar as ações coletivas buscaram trazer à luz formas de atuação em prol de um benefício coletivo. Nesse contexto, a grande dificuldade foi encontrar uma solução que viesse coordenar ações desorganizadas e autônomas. Assim, surgem os “movimentos” como forma de solução para esse problema, utilizando estratégias modulares de ações coletivas, mobilizando pessoas que compartilham do mesmo senso comum.

As ações coletivas são caracterizadas como fenômenos que ocorrem por meio de um processo de mobilização pautada em interesses comuns, populares, objetivando alcançar políticas sociais, direitos etc. (MELUCCI, 2001). Tarrow (2009) acrescenta que as ações sociais estão estruturadas por meio de forças coletivas que têm como objetivo o enfrentamento das elites, autoridades e os antagonismos sociais. Eles exercem forças de atração nos indivíduos, culminando em processo de ação coletiva, em que grande parte das pautas de reivindicações são devidamente conhecidas.

Segundo Alonso (2009), essa forma de organização era diferente daquelas classificações teóricas do marxismo e do funcionalismo que se difundiram no século XX. Ela emergia a partir de um contexto de luta ampla que englobava direitos civis, questões ambientais, feminismo e sobretudo no estilo de vida.

As ações coletivas possuem uma multiplicidade de formas de realização. Tarrow (2009, p. 19) destaca que a ação coletiva “*puede ser breve o mantenida, institucionalizada o disruptiva, monótona o dramática*”. Assim, o fenômeno se inicia com pequenas reuniões. Posteriormente podem alcançar proporções maiores e assumir formas mais organizadas (ou institucionalizadas), como por exemplo os sindicatos, as cooperativas, as associações, os consórcios etc.

Esse referencial organizacional ou estrutural tem potencial de conferir ao coletivo uma maior capacidade interlocutória e/ou maior poder de negociação e mediação, atuando também nos processos de redução de conflitos que são geralmente ocasionados por reivindicações individuais. Melucci (2001, p. 52) expõem que:

A ação coletiva deve ser considerada como uma interação de objetivos e obstáculos, como uma orientação intencional que é estabelecida dentro de um sistema de oportunidade e coerções. Os movimentos são sistemas de ação que operam num campo sistêmico de possibilidade e limites. É nesse sentido que a organização se torna um campo crítico de observação, um nível analítico que não pode ser ignorada.

Em se tratando do objeto de estudo deste trabalho, na Feira da Agricultura Familiar e Economia Solidária de Paula Cândido-MG⁴, a partir da perspectiva de Melucci (2001), a mobilização entre os diferentes atores sociais pode ser compreendida como uma ação coletiva que reúne sujeitos sociais que, unidos por um objetivo comum, estabelecem uma interação que culmina em uma organização para alcançar este objetivo. A Feira passa, neste sentido, a ser definida como um “ator coletivo”.

Melucci (2001) pontua que a articulação entre esses atores acontece na medida em que se identificam com a causa e reconhecem a emergência da elaboração de estratégias (fomento e emancipação dos agricultores familiares do município) em um campo de disputas. Neste caso, os agricultores familiares que concorrem com os “grandes impérios” ou se veem à mercê de atravessadores, por exemplo.

Deve-se ponderar que a articulação para à ação não deve ser lida pura e simplesmente por fatores econômicos, no sentido de que a participação seja orientada apenas pelos custos e benefícios. Afinal, segundo Melucci (2001), essa visão tornaria míope as relações sociais e as capacidades pessoais em ser parte e dar sentido à ação.

⁴ Daqui por diante nos referimos simplesmente à Feira para designar “Feira da Agricultura Familiar e Economia Solidária de Paula Cândido”.

Faz-se pertinente evidenciar que, ainda que as ações desenvolvidas estejam “consolidadas”, as ações nunca serão finalizadas em função das dinâmicas e mudanças sociais (MELUCCI, 2001). E por surgir em um coletivo social, os conflitos são inerentes à sua estruturação, hora mais brandos, hora com tensões e disputas mais acirradas entre os atores que mobilizam a ação. Em face ao exposto, a Teoria da Ação Coletiva permite visualizar a organização e as ações que deram origem à Feira.

Características da ação extensionista

Os pilares das universidades públicas brasileiras são a articulação entre o ensino, a pesquisa e a extensão. Essa articulação se dá através de projetos e programas voltados para o desenvolvimento, produção de informações, entre outros. Em se tratando da agricultura familiar, pode-se dizer que a atuação universitária é bastante diversificada, com projetos que podem contribuir para organização de grupos em formas de empreendimentos econômicos solidários.

Estes grupos são caracterizados pela autogestão dos membros, a qual possui como um dos objetivos proporcionar alternativas organizativas para comunidades e grupos que não possuem condições de competir com o mercado cada vez mais pautado no capital. Singer (2002, p. 10), conceitua a economia solidária “como um outro modo de produção, cujos princípios básicos são a propriedade coletiva ou associada do capital e o direito à liberdade individual”.

Ao falar de “ação extensionista”, cabe-se abordar a extensão universitária, que possui como objetivo estabelecer relações entre os conhecimentos acadêmicos e não acadêmicos, transpondo os muros das universidades na tentativa de criar vínculos entre a produção de conhecimentos, o desenvolvimento de tecnologias e os problemas reais, principalmente aqueles que afetam a população pobre ou em situação de vulnerabilidade. Conforme aponta Thiollent (2002), a extensão não deve ser vista como uma simples divulgação de informações destinada a um público composto de “receptores” individualizados e passivos.

Neste trabalho, a extensão universitária é analisada, no caso da Feira da Agricultura Familiar e Economia Solidária de Paula Cândido, devido à participação e à articulação do programa “Incubadora Tecnológica de Cooperativas Populares (ITCP-UFV)”⁵, que busca, através dos métodos participativos da extensão universitária, fornecer o apoio e assessoramento para o

⁵ A consulta a Costa, Dourado e Dourado (2017) permite uma abordagem geral da trajetória e das experiências da ITCP/UFV.

fortalecimento do grupo de feirantes que age coletivamente para constituição e manutenção da Feira.

Assim, ressalta-se a importância da adoção, na ação extensionista, de métodos de interação entre o extensionista e o público envolvido de modo a possibilitar processos de aprendizado e de geração de capacidades que conduzam à autonomia e emancipação dos grupos envolvidos nas ações. Desse modo, Dias (2022), apresenta dois tipos de abordagens gerais da ação extensionista: a diretiva e a interativa. A primeira é tida pelo autor como a que ocorre “de cima para baixo”, com o objetivo de apresentar, disseminar, difundir ou transmitir o conhecimento, a técnica ou a tecnologia gerada pela pesquisa, com ênfase em um tipo de processo comunicativo unidirecional. Já a segunda ocorre “de baixo para cima” e de forma construtivista, partindo do estabelecimento de um diálogo entre os atores envolvidos, em que todos participam da elaboração dos diagnósticos e decisões acerca das mudanças a serem implementadas. Nesta abordagem, o extensionista assume o papel de articulador e facilitador de processos.

Para Caporal e Ramos (2006), a ação extensionista deve criar condições objetivas para apoiar o fortalecimento da cidadania, na efetiva participação dos atores nas decisões e na melhoria da qualidade de vida das populações rurais. Contudo, Dias (2022) argumenta que o profissional da extensão pode ser representado socialmente como um técnico, um tutor, um educador, um assessor, um consultor, um mediador, um facilitador etc. Da mesma forma, os modos de sua ação podem significar a transmissão de informações, a assistência técnica, a assessoria, a capacitação, a educação ou a articulação política. Ou seja, a ação extensionista é plural e diversa e sua implementação pode ser baseada em vários tipos de referências e objetivos políticos.

Dias (2021), caracteriza distintas abordagens de ação extensionista universitária, sendo elas cinco: a) missionária, filantrópica e cultural, em síntese essa abordagem se trata de uma intervenção pontual e direcionada aos carentes, tendo o receptor como um objeto de uma ação, desconsiderando os seus saberes; b) profissionalizante, nesta abordagem a ação é centrada inicialmente no ensino e pesquisa intramuros, para posteriormente ser direcionado treinamentos e capacitações através projetos de extensão; c) assistencialista, oriunda das já citadas, entende-se ela como um meio de proporcionar acesso a um recurso que não poderia ser adquirido de forma autônoma; d) mercantilista, nesta abordagem ocorre a busca de mercantilização dos serviços, onde se verifica um foco no atendimento de demandas privadas, em um viés empresarial; e)

popular ou emancipatória, esta abordagem busca através da ação extensionista fomentar e desenvolver através de uma ação transformadora. As abordagens citadas também marcam cada uma um período da extensão, no entanto hoje pode se identificá-las como complementares.

No que diz respeito a estruturação da Feira, observa-se que, em geral, a atuação dos diferentes atores envolvidos no processo de criação e organização é identificada à abordagem popular ou emancipatória, pois a intervenção dos atores busca gerar autonomia entre os envolvidos e se pauta pela ideia de “transformação social” e emancipação do coletivo de feirantes.

As abordagens gerais apresentadas anteriormente nos levam a verificar a existência de algumas modalidades de atuação do extensionista e sua forma de atuação. Dias (2022, p. 7 e 8):

As abordagens diretiva e interativa nos permitem compreender a diferenciação das práticas profissionais de extensão rural em modalidades de ação, ou seja, em maneiras específicas de estruturação do trabalho, do “fazer extensionista”, particularmente a configuração de distintas práticas de interação entre extensionistas e agricultores. A modalidade da ação extensionista diz respeito, portanto, à forma e ao método de interação que a ação extensionista assume em determinada situação para alcançar seus objetivos de mudança sociotécnica.

Conforme esta tipologia de formas de atuação, o Quadro 1 apresenta uma síntese das características gerais de cada modalidade de acordo com o referido autor.

Quadro 1. Modalidades de ação extensionista.

MODALIDADE	ABORDAGEM	CARACTERÍSTICAS GERAIS
Disseminação, difusão, transferência	Predominantemente diretiva	Possui caráter comunicativo, com o objetivo geral disseminar, difundir e transferir informações a um público específico
Assistência técnica	Essencialmente diretiva	O extensionista atua com um especialista técnico para uma demanda do produtor. Nesta modalidade o produtor não desenvolve capacidade para solucionar sozinho o problema, assim, sempre dependendo do técnico
Comunicação dialógica	Essencialmente interativa	O foco desta modalidade é o processo de construção de significados compartilhados, adotando metodologias participativas que favorecem o diálogo, assim os agentes são emissores e receptores de mensagens, a fim de tomar a melhor decisão. Desse modo, o extensionista atua como mediador com o objetivo de facilitar a fala e a escuta
Educação/capacitação	Diretiva ou interativa a depender do contexto da ação	A ação extensionista nesta modalidade é voltada à formação dos agentes, assumindo um caráter de educador informal, responsável pela prática pedagógica

Cont. Quadro 1

Assessoramento/consultoria	Essencialmente interativa	Nesta etapa o extensionista busca acompanhar, orientar e aconselhar o produtor ao longo do processo de adoção de uma nova tecnologia, interagindo constantemente através de diagnósticos e informações para o processo decisório
Facilitação de processos	Essencialmente interativa	A ação se fundamenta em conceitos da comunicação dialógica e da mediação, onde geralmente se atua com grupos coletivos, desta forma o extensionista possui o papel de articulador e mediador conforme o interesse coletivo

Fonte: adaptado de Dias (2022).

Diferentes modalidades podem estar presentes (ou serem identificadas) em uma mesma ação ou processo, visto que elas se encontram relacionadas umas às outras, assim. Assim, é possível verificar que os processos e métodos da extensão rural, destacando que não se limitam a técnicas de comunicação, nem estas são o seu aspecto mais relevante. Não constituem, desta forma, um conjunto de técnicas a fim de levar conhecimentos novos a populações desprovidas de qualquer saber, como fizeram crer as teorias difusionistas da comunicação para o desenvolvimento (Abramovay, 1998).

Para concluir este referencial teórico, este estudo busca analisar uma ação extensionista direcionada a uma ação coletiva, mobilizando categorias e referentes vinculados à agricultura familiar, suas relações mercantis; as características de um empreendimento econômico solidário e; e os métodos de extensão universitária. Estes elementos visam caracterizar o surgimento e a implementação da Feira.

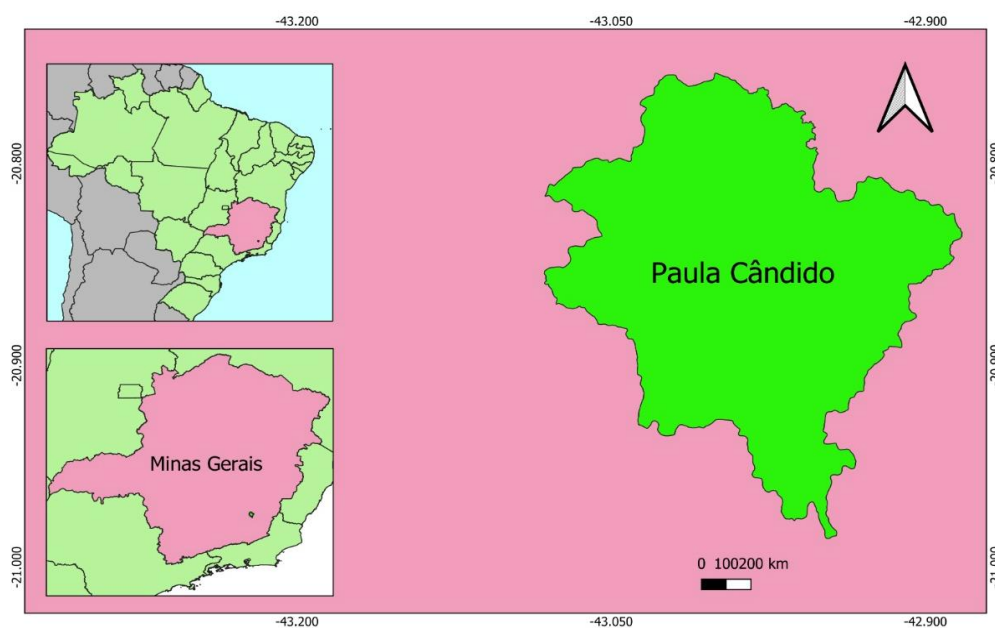
PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

A presente pesquisa teve caráter exploratório e constituiu um estudo de caso da Feira de Agricultura Familiar e Economia Solidária de Paula Cândido, utilizando uma abordagem qualitativa. Segundo Yin (2001), o estudo de caso representa uma investigação empírica e compreende um método abrangente, com a lógica do planejamento, da coleta e da análise de dados. Pode incluir tanto estudos de caso único quanto de múltiplos, assim como abordagens quantitativas e qualitativas de pesquisa. Ademais, trata-se de uma pesquisa exploratória que, na perspectiva de Raupp e Beuren (2006), tem como característica a aprofundamento sobre conteúdos preliminares não contemplados. Gil (2009) destaca que as pesquisas exploratórias objetivam apurar pensamentos ou evidenciar suspeitas sobre o assunto abordado no estudo.

Lócus de Pesquisa

Paula Cândido é um município de Minas Gerais, Brasil, localizado na mesorregião da Zona da Mata Mineira e na microrregião de Viçosa (na Figura 01 a seguir a microrregião é representada pelo número 62). Possui área territorial de 269 Km² e população estimada de 9.571 habitantes. Destes, 53% são residentes em áreas rurais.

Figura 01. Localização do município de Paula Cândido de acordo com o IBGE.



Fonte: Elaborado pelo autor a partir de dados do IBGE.

No que diz respeito à economia, observa-se que está diretamente vinculada à atividade agropecuária. Segundo o IBGE (2017), o Produto Interno Bruto (PIB) do município era de cerca de R\$100,6 milhões em 2015. Deste total, 41,4% eram originários da administração pública (transferências estaduais e federais). A distribuição por setores econômicos revelava a participação dos serviços (35,1%), da agropecuária (41,4%) e da indústria (8,1%).

De acordo com dados do Portal Caravela Dados e Estatísticas (2022):

O município possui 685 empregos com carteira assinada, a ocupação predominante destes trabalhadores é a de trabalhador volante da agricultura (65), seguido de trabalhador agropecuário em geral (60) e de trabalhador de serviços de limpeza e conservação de áreas públicas (47). A remuneração média dos trabalhadores formais do município é de R\$1,4 mil, valor abaixo da média do estado, de R\$2,2 mil. A concentração de renda entre as classes econômicas em Paula Cândido pode ser considerada alta e é relativamente superior à média estadual. As faixas de menor poder aquisitivo (E e D) participam com 89,7% do total de remunerações da cidade, enquanto as classes mais altas representam 0%.

Os dados do Censo Agropecuário de 2017 (IBGE, 2017) apresentam que o município de Paula Cândido possui 884 estabelecimentos agropecuários. Quanto à característica da propriedade, 645 (ou seja, 73%) foram classificadas como pertencentes à “agricultura familiar” de acordo com a Lei nº 11.326, de 24 de julho de 2006. No que se refere à produção agropecuária, as três principais lavouras permanentes são de café, goiaba e banana; as temporárias são milho, feijão e cana-de-açúcar; e as três principais atividades pecuárias são a produção leiteira (bovinos); ovos (galináceos) e suínos. Essas, dentre outras atividades, empregam 2120 trabalhadores no município.

Os dados demonstram também que a maioria dos agricultores do município possui mais de 50 anos (IBGE, 2017). Ademais, percebe-se que os proprietários e proprietárias de terra possuem um nível de escolaridade básico (ensino fundamental). Quanto à assistência técnica, do total de 884 estabelecimentos, apenas 183 declararam ter recebido orientação técnica em algum momento. Desse total (884), constata-se que apenas 50 proprietários (as) se capacitaram de modo a conseguir financiamento ou empréstimo (IBGE, 2017).

Estes dados representam elementos importantes que explicam a demanda para a criação da Feira da Agricultura Familiar e Economia solidária de Paula Cândido, principalmente a forte presença da agricultura familiar com expressiva e diversa produção local.

Foi neste contexto que uma ação coletiva teve início em 2021 envolvendo diversos atores sociais, sendo eles, prefeitura, Incubadora Tecnológica de Cooperativas (ITCP/UFV), Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural de Minas Gerais (EMATER-MG), Secretaria Municipal de Agricultura e Meio ambiente e Secretaria Municipal de Turismo e Cultura e o Sindicato de Trabalhadores Rurais de Paula Cândido. Na origem da Feira estava a necessidade de um espaço público de comercialização da agricultura familiar no município.

Coleta de dados

A coleta foi dividida em duas etapas: a pesquisa documental e a realização de entrevistas em profundidade com atores envolvidos com a criação e gerenciamento da Feira. Em um primeiro momento, para a coleta de informações, foi realizada uma pesquisa documental (GIL, 2009). Investigando fotos, cartazes e documentos disponibilizados pelos atores envolvidos na Feira. A análise documental foi realizada a fim de complementar as etapas anteriores, obtendo dados secundários para a melhor interpretação dos dados. Como evidenciado por Sá-Silva et al. (2009), o conceito de documento ultrapassa a ideia de textos escritos e/ou impressos, abrangendo produtos escritos e não escritos, tais como filmes, vídeos (roteirizados ou não), *slides*, fotografias, pôsteres e a diversidade de materiais para divulgação na Internet.

Após a realização da análise documental, foram feitas entrevistas em profundidade (GIL, 2009). Por meio das entrevistas objetivou-se conhecer, na perspectiva individual, como se deu a organização coletiva e as ações que deram origem à Feira, bem como as estratégias implementadas para a sua manutenção.

Os entrevistados não foram escolhidos aleatoriamente, a aproximação e contato com os entrevistados se deu através da técnica *snowball* (bola de neve) (VINUTO, 2014). As entrevistas ocorreram entre julho e agosto de 2022, de forma remota por meio da plataforma *Google Meet*, nos horários indicados pelos entrevistados; estas tiveram duração média de uma hora. Foram realizadas quatro entrevistas com membros da comissão organizadora da Feira⁶ (QUADRO 2). Após a realização das entrevistas, estas foram transcritas e o conteúdo analisado por meio da Análise de Conteúdo, seguindo as orientações propostas por Bardin (2001).

⁶ Todos os entrevistados se declararam “brancos”, seguindo a classificação utilizada pelo IBGE (2017). Compuseram este grupo de entrevistados dois homens e duas mulheres.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Caracterização da Equipe de Coordenação

A organização da Feira envolve um conjunto de atores e entidades sociais que atuam com o objetivo comum de constituir um espaço público de comercialização que visa, dentre outras questões, aproximar produtores(as) e consumidores(as) e promover a segurança alimentar e nutricional, a agroecologia e a economia solidária.

O processo de mobilização de interessados para a criação da Feira se deu em várias etapas. Inicialmente foi articulado um grupo que pudesse organizar e planejar as ações junto aos possíveis feirantes. A Entrevistada 2 enfatizou seu interesse em “dar um retorno”, em termos profissionais, ao seu município de origem: “[...] a gente gosta do lugar que a gente mora, que a gente quer contribuir”. Assim, iniciou uma conversa com diversos atores. Ela relatou sobre o seu contato com a EMATER-MG, com o Sindicato de Trabalhadores Rurais (STR) e com a Secretária de Agricultura: “[...] e todo mundo estava com a mesma ideia porque realmente estava na hora de isso acontecer”. Assim, no início de 2021, começou o planejamento e alinhamento das ações por meio de reuniões remotas, devido ao contexto da pandemia do Sars-Cov-2.

Naquele momento foi constituída uma equipe coordenadora⁷, que se destaca pela expertise e por ser constituída por especialistas em extensão rural, contando com profissionais formados em História/Direito, Agronomia e Economia Doméstica. Além dos citados no Quadro 03, a equipe contou também com o apoio de um professor do Departamento de Economia Rural, da Universidade Federal de Viçosa. Destaca-se a multidisciplinaridade da equipe, fator que se mostra importante para que o conhecimento de diversas áreas facilitasse o diálogo e a promoção de ações junto aos feirantes.

⁷ Esta equipe manteve esta formação até janeiro de 2022 quando foram incorporados novos membros para representar cada um dos “segmentos” de feirantes, quais sejam: comerciantes de “hortifruti” (produtos frescos ou minimamente processados), alimentos processados (incluindo o chope artesanal) e artesanato. Em meados de 2022 houve nova alteração na composição sendo incorporados outros feirantes que compunham subgrupos dedicados a questões específicas, como promoção de eventos, por exemplo. Em dezembro de 2022, a Equipe Coordenadora contava com dez componentes.

Quadro 02. Caracterização da equipe coordenadora da Feira.

INSTITUIÇÃO	FORMAÇÃO	CARGO
EMATER-MG	Economia Doméstica	Assistente de Bem-Estar Social
ITCP-UFV	Agronomia	Engenheira Agrônoma Técnica Nível E
ITCP-UFV	Agronomia	Professor da UFV
Secretaria da Agricultura, Pecuária e Meio Ambiente	Direito/História	Secretário de Agricultura
Secretária de Cultura	Dança	Secretário de Cultura
Sindicato de Trabalhadores Rurais de Paula Cândido	Ensino Médio Completo	Representante Sindical

Fonte: Elaboração própria, 2022.

Além da especialização dos atores se faz relevante, para este trabalho, evidenciar a importância da trajetória das experiências passadas da equipe na organização de outras feiras livres em outros municípios, fato que qualificou o processo de planejamento e a própria atuação no assessoramento à Feira. Os Entrevistados 2 e 3 relataram possuir experiência com feiras livres nos municípios de Muriaé e Ubá, onde atuaram como extensionistas⁸. Como a Entrevistada 3 pontua “a gente carrega essas experiências, tenta adaptá-las ao município”.

As ações dos atores responsáveis pela organização e criação da Feira foram consideradas em primeiro momento como uma “ação voluntária”⁹, como enfatiza o Entrevistado 2:

Foi iniciado [o processo de mobilização e de organização para realização da Feira] como uma ação voluntária, para depois ter uma formalização por parte da Universidade. Durante esse período a gente foi tentando esses editais [...] de instituições privadas, só que não teve aprovação, mas com isso o projeto ia sendo escrito. Depois abriu um edital para bolsista, então nós enviamos o projeto para conseguir uma bolsa, assim ele foi escrito e registrado no RAEX¹⁰ (ENTREVISTADO 2).

Desta forma, posteriormente, por parte da equipe da UFV, a Feira deixou de ser pensada apenas como uma ação voluntarista e se tornou um projeto de extensão universitária apoiado pela ITCP/UFV. A Incubadora é um Programa de Extensão com 19 anos de trajetória, tendo

⁸ Outro integrante da Equipe Coordenadora, não entrevistado, possuía experiência em projetos de extensão universitária com agricultores familiares, tendo participado, por um breve período, da equipe de apoio à “Feira da Economia Solidária e Agricultura Familiar Quintal Solidário”.

⁹ Mobilizada, em um momento inicial, por uma pessoa natural do município.

¹⁰ Sistema de Registro de Atividades de Extensão (RAEX), plataforma informatizada para registro e gerenciamento de atividades de extensão mantida pela UFV (<https://www2.dti.ufv.br/raex/scripts/>).

assessorado inúmeros Empreendimentos Econômicos Solidários (COSTA; SILVA; DOURADO, 2017), dentre estes, a “Feira de Economia Solidária e Agricultura Familiar Quintal Solidário”, realizada semanalmente no Campus da UFV desde 2016 (COSTA; SANTOS; PRIORE, 2019).

Na EMATER-MG, por sua vez, o apoio à constituição e funcionamento de feiras livres é parte do planejamento estratégico em apoio ao fortalecimento da agricultura familiar em Minas Gerais, fato que explica o acolhimento da proposta pelo Escritório Local da empresa em Paula Cândido.

Identifica-se, portanto, a equipe de coordenadores atuando na constituição da Feira, facilitando processos junto aos produtores e ao poder público local. Na fase de mobilização, este trabalho ocorreu por meio de contatos com potenciais feirantes, agentes públicos, comerciantes locais; como também participantes de projetos de extensão universitária da UFV que se dispuseram a compartilhar experiências com organização de feiras.

As experiências da ITCP/UFV e da EMATER-MG contribuíram para que, mesmo de forma remota, no período inicial, a atuação fosse baseada em conceitos da comunicação dialógica e da mediação, atuando junto com o coletivo em constituição. Desta forma, a equipe coordenadora definiu, desde os primeiros momentos de constituição da Feira, seu papel de articulador e mediador conforme o interesse coletivo.

Como destacado anteriormente, os entrevistados relataram a importância das experiências vivenciadas diretamente ou indiretamente contribuíram na organização da Feira, como afirma a Entrevistada 3 sobre as experiências vividas: “[...] a gente carrega experiência daquilo que a gente aprende, algumas boas e outras ruins. Então, assim é o município de Ubá, ele é completamente diferente de Paula Cândido [...] lá pessoas têm o hábito de ir à feira”. Em adição, a entrevistada 1 pontua que “o quintal da UFV [Feira Quintal Solidário] me estimulou a conversar com o pessoal pra fazer da Feira um espaço de lazer e cultura, não só de venda, entendeu?”. Logo, pode-se observar que experiências pretéritas contribuíram para reforçar a concepção da Feira como um espaço para além da comercialização. Percepções que reverberaram na elaboração de estratégias que possibilitaram a sua continuidade.

Primeiros passos na construção da Feira: o início do processo

Como pontuado, o processo de criação da Feira em Paula Cândido ocorreu durante a pandemia; e se deu através da união de um grupo de pessoas com o objetivo de criar uma alternativa para a comercialização dos produtos da agricultura familiar. A mobilização ocorreu inicialmente de forma remota, em um momento posterior, quando as condições sanitárias permitiram realizar reuniões presenciais em locais abertos, após trabalho de mobilização, foi realizada uma reunião, que marcou o início do processo de estruturação da Feira.

A Entrevistada 1 e a Entrevistada 3 recordam que a iniciativa de mobilização teve como ponto de partida uma listagem de feirantes que havia participado de duas iniciativas anteriores para criar a Feira. Esta lista, uma espécie de cadastro simplificado, tinha sido feita pela EMATER-MG. A listagem orientou os contatos individuais com potenciais feirantes.

Então a gente, né? Divulgou por meio das redes sociais, e a EMATER já tinha uma lista, né? De produtores, que tentaram momentos passados estar comercializando, então foi isso, foi a divulgação da ideia da feira, né? De quem teria interesse participar e a lista que a EMATER tinha era do pessoal que participou antes, então juntamos tudo isso criamos essa rede [ENTREVISTADA 1].

Então, já tinha umas diferentes listas que participaram de outras feiras aqui na [...], sabe? E aqueles que tinham interesse eu peguei essa lista. Entrei em contato com todos eles. E fui ver quem tinha interesse real, e levei isso para uma reunião [da Comissão Organizadora], né? Dessa comissão, depois decidimos marcar uma reunião com todos interessados, né? Divulgamos isso para todos, né? [ENTREVISTADA 3].

A primeira reunião, realizada na Escola Municipal “Coronel Antônio Faustino Duarte” em 16 de setembro de 2021, contou com a participação de 37 pessoas, em sua maioria potenciais feirantes. A reunião¹¹ foi convocada como uma “roda de conversa” sobre feiras livres, com a intenção de compartilhar experiências e sondar o interesse e a possibilidade de criação de uma feira livre em Paula Cândido.

É possível perceber que, desde os primeiros momentos, as metodologias e as técnicas participativas utilizadas no projeto se mostraram fundamentais para a promoção do diálogo e a construção do conhecimento a partir da materialidade dos processos educativos. Nesse sentido, a ITCP/UFV trouxe à ação sua experiência com trabalho em empreendimentos e/ou iniciativas solidárias. Estas experiências buscaram fortalecer as potencialidades de coletivos de trabalhadores que, unidos, buscaram implementar iniciativas para superar situações de vulnerabilidade econômica. Esta perspectiva da extensão universitária está historicamente presente na Rede

¹¹ As reuniões do coletivo de feirantes com a equipe de coordenação foram posteriormente denominadas de “assembleias” com caráter deliberativo e frequência mensal.

Nacional de ITCP, fomentando uma nova modalidade de regulação econômica, supondo outro modo de funcionamento da economia real. A “incubação”, como método de trabalho junto a coletivos populares, têm exatamente o propósito de contribuir à construção dessa outra economia (FRANÇA FILHO, 2017).

Em se tratando da extensão rural propriamente dita, a Emater-MG foi fundamental na mobilização dos agricultores que viriam a ter interesse em participar da Feira e no processo de cadastramento dos mesmos. É importante ressaltar que, anteriormente à mobilização que veio a dar origem à Feira, a antiga extensionista de bem-estar social da Emater-MG, aposentada em 2019, já havia realizado um levantamento dos agricultores interessados (relatado pela Entrevistada 3), o que favoreceu e facilitou os contatos, que partiram de uma lista existentes e de um interesse manifesto em outra ocasião.

O ambiente participativo da primeira reunião com os potenciais feirantes criou uma expectativa muito positiva, de acordo com todos os entrevistados. Foram muitas as manifestações de apoio à necessidade de criação de uma feira de produtores. Vários interessados em participar como feirantes relataram ter participado de experiências anteriores (tanto em Paula Cândido quanto em outros municípios) e se comprometeram a apoiar a organização.

Após esta reunião, houve quatro encontros da equipe coordenadora e uma reunião de planejamento com a presença dos feirantes que haviam confirmado participação na Feira e preenchido um cadastro junto à EMATER-MG, tornando-se oficialmente integrantes da Feira. Cabe assinalar que a reunião que antecedeu a realização da primeira edição da Feira pautou todas as questões operacionais e organizativas para viabilizá-la. Todos os pontos foram debatidos e decididos coletivamente: localização das barracas, infraestrutura, montagem e desmontagem, controle do tráfego de veículos etc. Havia, no método, uma intenção de comprometimento dos feirantes com a organização e a própria viabilização futura da Feira.

Paralelamente, a Secretaria de Agricultura, Pecuária e Meio Ambiente aplicou 146 questionários para conhecer o que a população esperava que fosse comercializado, além de coletar sugestões sobre melhor dia e horário para realização da Feira. Havia uma preocupação, por parte da equipe coordenadora, para gerar informações que pudessem subsidiar as decisões ao mesmo tempo em que buscaram utilizar metodologias e estratégias com a finalidade de possibilitar e construir uma interação mais eficiente com os agricultores.

Uma das estratégias para que os feirantes não se sentissem desamparados e se comprometessem com o planejamento e avaliação da Feira foi a realização de reuniões com certa periodicidade para discutir desafios e potencialidades. Os feirantes eram chamados, desta forma, a avaliar a implementação da Feira e a buscar soluções para os problemas que emergiam no cotidiano, como a necessidade de estratégias para aumentar o público potencial consumidor. Como destacado pela Entrevistada 1 sobre o processo de criação até a primeira edição da Feira:

Foram realizadas várias reuniões, um processo que se iniciou em março até a primeira edição em novembro, a gente foi se reunindo, conversando com vários agentes, vários atores sociais e consultando o interesse do pessoal, né? Eu procurei assim, a Secretaria da agricultura de Viçosa, buscando apoio em relação a estrutura, porque o nosso município era muito deficiente neste quesito e as poucas que tínhamos eram usadas para atendimento COVID (ENTREVISTADA 1).

Este período, o da pandemia, fez com que a comissão buscasse meios que possibilitassem a participação de todos. Desse modo, os entrevistados relatam as reuniões virtuais entre a coordenação para planejar métodos de atuação. A dificuldade para realizar de reuniões remotas com os feirantes ficou imediatamente evidente pelas limitações de acesso à Internet. Após o sucesso da primeira reunião presencial decidiu-se que a melhor estratégia seria a manutenção de reuniões remotas da Comissão Organizadora e presenciais com o coletivo de feirantes

Entre setembro e novembro foram realizados diversos encontros (remotos e presenciais) que propunham identificar as principais dificuldades e soluções para a realização da Feira. Os relatos destas reuniões permitiram elencar uma série de dificuldades para a organização da Feira, conforme ilustrada na Figura 02.

Figura 02. Nuvem de palavras que destaca as principais dificuldades para a realização da Feira.



Fonte: Elaborado pelo autor a partir de dados da pesquisa, 2022¹².

Após a primeira reunião presencial a mobilização seguiu de forma mais objetiva, providenciando o cadastramento dos feirantes efetivamente interessados em participar da primeira edição da Feira. A Entrevistada 3 relata este processo: “Tivemos uma demanda boa, várias pessoas, fizeram a inscrição, o cadastro é feito aqui, na [...], tivemos uma lista de espera, e assim, né? É, até é razoável, né?”. Nem todos os participantes da primeira reunião presencial se cadastraram. Apesar de algumas desistências, houve boa adesão, viabilizando a realização da primeira edição da Feira, que ocorreu em novembro de 2021.

Sobre os métodos de interação na ação extensionista

A ação coletiva é um processo que envolve a aprendizagem, levando em consideração as trajetórias sociais dos indivíduos e a experiência construída no interior dos grupos (MELUCCI, 2001). As experiências profissionais dos membros da equipe de coordenação foram um elemento importante na condução das interações com os feirantes. Neste processo, tendo

¹² Esta nuvem de palavras foi elaborada com uso do *software* Wordclouds disponível gratuitamente em: <https://www.wordclouds.com/>. O tamanho das palavras na nuvem está diretamente relacionado à frequência de sua citação nos fragmentos de textos postados no referido *software*: quanto maior, mais citações. Neste caso, foram selecionados os textos em que os entrevistados responderam à questão sobre as “dificuldades” relatadas pelos feirantes para a realização da Feira.

em vista os preceitos da extensão dialógica/interativa, os atores envolvidos lançaram mão de estratégias para mediar o processo organizativo dos possíveis feirantes, utilizando metodologias que buscassem uma integração mais eficiente com os agricultores e artesãos.

Esta dinâmica se aproxima da abordagem interativa da extensão rural, que possui como uma de suas características fortalecer o capital social e a organização de redes de ação coletiva. Os entrevistados identificaram a importância do diagnóstico participativo como um importante mecanismo para o estímulo à participação, além de contribuir para o planejamento e orientação das ações (COELHO, 2014). Nessa perspectiva, os entrevistados citam algumas ferramentas como tempestade de ideias, utilização de tarjetas para sistematizar debates e discussões coletivas e realização de levantamento de informações, reuniões problematizadoras e rodas de conversa.

De acordo com a Entrevistada 1, os métodos adotados durante a mobilização foram participativos e influenciados pela presença da ITCP/IFV. O mesmo, identifica que as ferramentas utilizadas foram fundamentais para a participação do público interessado.

Os métodos ajudaram muito durante a mobilização, porque, assim, tem pessoas, principalmente os agricultores familiares, [que] ficam muito acuados, assim, na hora de falar, né? Então, a gente pedia para apontar através da tarjeta; perguntando o que eles achavam do que estava sendo apresentado ao grupo, também realizamos uma avaliação periódica das ações que eram realizadas. Então, assim, acho que [a utilização de métodos participativos] facilitou muito a participação deles (ENTREVISTADA 1).

Dessa forma, os diagnósticos participativos demonstraram ser de suma importância para proporcionar um melhor diálogo, visando a construção de uma melhor interação e reflexão de cada iniciativa e questões abordadas, quanto a produção e comercialização ou organização do empreendimento coletivo. Neste contexto, Oliveira (2015) aponta em seu estudo que as metodologias participativas auxiliam os agricultores a se organizarem em torno de suas dificuldades, prioridades e necessidades, fortalecendo as capacidades da organização coletiva.

As reuniões, seminários, entrevistas coletivas e aprendizagem conjunta na solução dos problemas identificados revelaram ter um papel pedagógico na constituição do grupo, de sua identidade e dos propósitos de sua ação. Com isto, identifica-se como um mecanismo para o fortalecimento da ação coletiva, fazendo com que as ações trabalhadas estivessem em conformidade com as condições sociais, econômicas e do saber tradicional existente no coletivo envolvido nas interações.

Além das ferramentas convencionais para estimular a participação, destaca-se o uso de grupos no aplicativo *WhatsApp* para comunicação imediata entre os participantes. Os grupos (uma para a equipe de coordenação e outro para o coletivo de feirantes) foram utilizados para comunicação, envio de recados e informações sobre assuntos diversos relativos à mobilização e organização da Feira. Verificou-se que eles foram uma ferramenta importante para a tomada de decisões mais urgentes e simples. Como é argumentado pelo Entrevistado 2, o grupo “facilitou”, pois “não precisa ficar marcando reunião direto, mas tinha situação que as pessoas estavam ansiosas para resolver pelo *Whatsapp*, aí a gente falava: ‘não, gente, infelizmente vai ter que ter reunião [presencial]’”. Percebe-se, neste trecho da entrevista, a preocupação em compatibilizar as interações remotas com as presenciais, tentando conferir importância à tomada de decisão presencial quando envolvia assuntos que demandavam discussões ou debates.

Nesta conjuntura, por meio das entrevistas, observa-se que o principal fator que interfere para a condução das interações com os participantes da Feira é a sensibilidade em termos de uso de metodologias nos processos de mobilização dos interessados, de organização e de atuação dos coordenadores, sempre buscando estimular a autonomia dos feirantes na organização do grupo e de sua ação coletiva. Destaca-se o processo de organização por meio de reuniões periódicas, que estimularam a autogestão dos feirantes, procurando evitar a centralidade na liderança na implementação do projeto, conforme depoimento dos entrevistados.

A estruturação da Feira

Durante o processo de mobilização e ao longo das reuniões que antecederam a realização da Feira foi acordado que ela deveria ocorrer em um ponto estratégico da cidade de Paula Cândido, a Praça José de Queiroz, que é central e ponto obrigatório de passagem da população por concentrar a maior parte do comércio da cidade, além de estar naquele local situado prédio da prefeitura municipal (Figura 03). No que concerne ao local para a sua realização, por meio das entrevistas foi constatado que nas tentativas anteriores de realização da Feira não ocorreram neste local. De acordo com o Entrevistado 2, refletindo sobre a decisão, “a escolha do local e do dia da semana foram um dos motivos da feira ter dado certo”.

A proposta de localização foi inicialmente discutida e deliberada entre os feirantes e a equipe de coordenação. Tomada a decisão, foi feita negociação com o poder público para as devidas autorizações, ficando a cargo de agentes da municipalidade a montagem das barracas, o fornecimento de energia elétrica para algumas delas, as que dependiam de equipamentos para

comercializar alimentos processados e a barraca de chope. Aos feirantes coube a responsabilidade pelo controle do tráfego de veículos, o que foi feito de maneira improvisada com a colocação de faixas e cavaletes para impedir a passagem de veículos durante a realização da Feira. Os feirantes também se responsabilizaram pela coleta do lixo produzido em suas barracas.

A primeira edição da Feira contou com 19 barracas, sendo 39 expositores. Essa variação se deu em razão de alguns expositores dividiram barracas com mais dois ou um feirante, conforme visualiza-se na Figura 03.

Figura 03. Representação da disposição das barracas da Feira em relação a prédios na rua Monsenhor Lisboa.

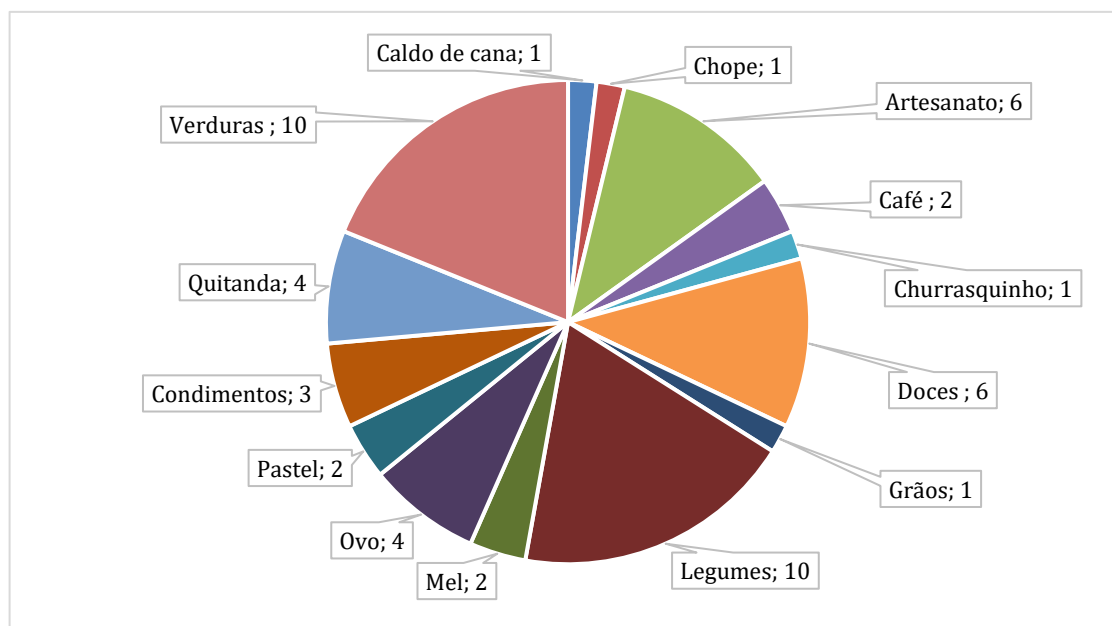


Fonte: Material elaborado pela equipe de coordenação da Feira em 2021 e utilizado na reunião com todos os feirantes para preparar a primeira edição¹³.

Quanto aos produtos ofertados, expostos e comercializados nas barracas, observa-se uma grande variedade, como pode se observar na nuvem de palavras a seguir (Figura 04). Essa característica foi, inclusive, um dos requisitos desejados pela equipe de coordenação quando teve início a mobilização para constituição da Feira. Desde aquele momento, destacava-se, de acordo com os depoimentos, a importância de uma feira com diversidade de produtos à disposição dos potenciais consumidores. Como relatado previamente, o levantamento que havia sido feito pela EMATER-MG, quando de uma antiga mobilização para realização de uma feira, foi importante para mapear produtos e produtores, indicando que havia uma considerável diversidade.

¹³ Os expositores das barracas do número 1 ao 7 possuem equipamentos e maquinários que demandam energia elétrica para seu funcionamento.

Figura 04. Número de barracas que comercializam cada um dos produtos listados pelos feirantes.



Fonte: Elaborado pelo autor a partir de dados da pesquisa, 2022.

Na Figura 04 percebe-se que a maior parte dos feirantes citou verduras (10) e legumes (10) como produtos principais. Na acepção dos próprios feirantes, “verduras” designam as hortaliças que são folhas, folhagens ou folhosas (alface, couve, serralha, rúcula, cebolinha etc.). “Legumes” é uma referência a todas as hortaliças que são frutos, raízes ou caules (chuchu, beterraba, batata, cebola etc.). Estes feirantes, os que comercializam verduras e legumes, foram designados, pela equipe de coordenação, como pertencentes ao “segmento de hortifrutti”. Alguns deles também comercializam ovos e grãos. Aqueles que vendem quitandas¹⁴, condimentos ou temperos, doces variados, pastel, caldo de cana, churrasquinho, mel e chope compõem o “segmento de alimentos processados”. O terceiro e último é o “segmento de artesanato”, que possui produtos bastante diferenciados.

Sobre estes produtos é importante ressaltar que, de acordo com as regras estabelecidas para admissão de feirantes, todos eles devem ser resultados da produção e/ou processamento direto dos feirantes, ou seja, são “produtos locais” ou “produzidos diretamente” por quem os comercializa na Feira. Não são admitidos produtos de origem alheia aos feirantes cadastrados e autorizados a participar da Feira.

¹⁴ Como quitandas estão presentes: bolos, pães, rosquinhas, biscoitos, dentre outros alimentos processados.

A Figura 05 apresenta uma breve ilustração visual da diversidade de produtos comercializados na Feira.

Figura 05. Produtos comercializados na Feira em 2022.



Fonte: Imagens cedidas pela Secretaria de Agricultura, Pecuária e Meio Ambiente de Paula Cândido, 2022.

Faz-se pertinente pontuar que a venda de churrasquinho, pastel, chope e outros alimentos para consumo no local da Feira tem contribuído, de acordo com o depoimento dos entrevistados, para o aumento do público no espaço da Feira e, conseqüentemente, com o incremento do consumo de outros produtos.

Para além de um espaço de comercialização, a Feira se tornou um ponto de encontro para lazer em Paula Cândido, onde se é possível vivenciar várias experiências e atrações culturais, contando com apresentações de artistas locais, como capoeira, música, congado, entre outros (Figura 06).

Figura 06. Atrações culturais na Feira em 2022.



Fonte: Fotos cedidas pela Secretaria de Agricultura, Pecuária e Meio Ambiente de Paula Cândido, 2021.

O Entrevistado 4 relata que as apresentações musicais têm sido um dos fatores que vêm favorecendo o aumento e a manutenção do público consumidor:

Foram a as atrações culturais que a Secretaria da Cultura está ajudando também, com a música é a atração cultural, a musiquinha no final de semana ali anima demais o pessoal, então essas músicas ajudam demais. Acredito que foi uma decisão acertadamente, um ponto crucial que eu acho que favorece o funcionamento dela hoje. (ENTREVISTADO 4).

Em adição, a Entrevistada 1 argumenta que o município era muito carente em questão cultural e que, nas palavras dela, “agora a gente tem uma feira, né? Então uma atração cultural, turística, né? que visa gerar a economia local”. Conforme os relatos, a adoção desta estratégia teve como referência a Feira “Quintal Solidário”, já citada anteriormente. Nas edições do Quintal Solidário há frequente participação de artistas locais, fato que contribui para a divulgação cultural e viabilização de um espaço de convivência e lazer associado à Feira.

É importante destacar que o Quintal ocorre em um local fechado (sede da Seção Sindical dos Docente da UFV), característica que contribui para maior controle deste espaço. A Feira de Paula Cândido é realizada ao ar livre, em ambiente de movimentação pública constante, gerando inúmeros desafios presentes nas feiras de rua, como, por exemplo, o controle de tráfego de veículos, a infraestrutura para viabilizar eletricidade às barracas, a realização de atividades culturais e pedagógicas e, por fim, conforme destacado pelos entrevistados, a disponibilização

de espaços para socialização: bancos, mesas, ambientes cobertos etc.¹⁵. Embora estas sejam limitações percebidas, o fato de ser uma “feira de rua” é uma característica que possibilita maior interação com a população, divulgação de produtos e meios de produção (a agricultura familiar e o artesanato tornam-se mais acessíveis e conhecidos).

No processo de estruturação da Feira é perceptível como as experiências e capacidades individuais, somam-se para pensar e elaborar meios de estruturar e consolidar a ação coletiva. A construção de um coletivo (GOHN, 1997; MELUCCI, 2001) compreende a confrontação de representações individuais ou coletivas, fato que tem um potencial de gerar um interesse comum, fortalecendo e/ou gerando novas representações coletivas. Ao mesmo tempo, permite a realização de acordos internos para acrescentar ao grupo, como apresentado pela Entrevistada 2, que relata a existência, entre os feirantes, de um acordo coletivo espontâneo para adotar uma “troca voluntária”. Esta troca surgiu da necessidade de descarte de produtos que não eram vendidos, avançando para acordos de troca de produtos (artesanato por alimentos; produtos em natura por processados ou chope etc.). Nas palavras da Entrevistada 2, “é quando se vê a economia solidária, né?”. Esta espontaneidade ocorre apesar de hoje os entrevistados relatarem que o tema “economia solidária” não tenha sido tratado em ações de capacitação, ao menos de forma mais sistemática.

Potencialidades da Feira

A Feira da Agricultura Familiar e Economia Solidária de Paula Cândido-MG, enquanto atividade produtiva/comercial e base de reprodução social de um grupo de trabalhadores, está favorecendo o reconhecimento do feirante enquanto sujeito de um grupo social organizado, que lhes projeta um papel na economia local, sendo identificados como atores coletivos. Desta forma, a Feira, por ser uma “feira de rua”, interfere no espaço público e contribui, de forma gradativa – e ainda incipiente –, para mudar percepções a respeito da agricultura familiar e dos negócios que são possíveis e viabilizados a partir da ação coletiva. Não é exagero afirmar que a Feira modificou o espaço público municipal por meio da criação de uma alternativa de comercialização e lazer para a população local.

¹⁵ Atualmente alguns feirantes disponibilizam, por iniciativa própria, bancos e mesas para os consumidores. No pátio da prefeitura, em frente à Feira, são colocadas cadeiras coloridas e mesinhas para as crianças. Neste espaço também são realizados eventos vinculados à Feira, como bingos e atrações culturais em datas comemorativas.

Assim, identifica-se que a Feira favoreceu a visibilidade dos produtores de Paula Cândido como “produtores locais”, seu fortalecimento e reconhecimento enquanto grupo organizado. Quando questionados sobre a ampliação da rede de comercialização com a participação na Feira, 100% dos feirantes responderam que, por intermédio da Feira, têm consigo acesso a mercados alternativos para seus produtos. A Feira tornou-se também um canal de divulgação e de estabelecimento de novas relações com consumidores, contribuindo, por exemplo, para que alguns expositores, que não podem vender produtos em sua barraca, colem os dados dos clientes e façam entregas por encomenda.

A Entrevistada 1 enfatiza que a Feira foi o “pontapé inicial” para dar visibilidade à produção agrícola do município, gerando o reconhecimento dos produtores de Paula Cândido, proporcionando a participação dos produtores em outros eventos dentro do município e fora deste. Isso implicou, na perspectiva do entrevistado, ampliação de receitas. A Entrevistado 2 complementa que a Feira está fortalecendo a agricultura familiar do município, mas não somente eles, também os artistas locais que se apresentam nos dias de Feira.

A participação de profissionais e estudantes da UFV proporciona apoio institucional e assessoramento ao grupo de feirantes, como argumenta a Entrevistada 2:

A comunidade acadêmica vai estar envolvida nas ações na feira de Paula Cândido, assim esse projeto vai acabar trazendo ações para dentro da academia, né? Vai ser aquela indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão. E a indissociabilidade... você que é um projeto de extensão que de repente aquilo já vai para o ensino, já vai para pesquisa e quando vai, vem (ENTREVISTADA 2).

Isto é, a Feira, como parte de uma ação extensionista, um processo de aprendizagem coletiva, entendida como a circulação de conhecimentos ou valores durante a interação dialógica no contexto de uma ação organizada, de forma a promover mudanças na maneira de se comportar dos indivíduos.

Embora a ideia de coletividade possa parecer predominante nas relações entre os feirantes, é importante destacar que as ações individuais desenvolvidas pelos feirantes no processo produtivo e comercial têm importância similar ou equivalente à estratégia coletiva. Inclusive, é uma condição antecedente. Antes de ser feirante, o indivíduo é um produtor familiar ou artesão, ou seja, está localizado numa dinâmica produtiva própria e vinculada a processos sociotécnicos específicos. As relações coletivas criadas na Feira têm potencial de causar mudanças ou inovações, sejam técnicas ou sociais.

Como relatado, ocorreram tentativas anteriores de realização de uma feira livre em Paula Cândido. Estas experiências não foram bem-sucedidas. Os relatos colhidos pela equipe coordenadora apontam que um dos fatores de insucesso foi a baixa renda dos consumidores ocasionando o enfraquecimento do movimento da Feira. Pensando nessas situações vivenciadas anteriormente, foi identificado que seria necessária uma política que pudesse proporcionar um aumento do público consumidor da Feira, em conjunto com o poder público.

Durante as duas primeiras reuniões com atores que futuramente comporiam a Comissão Organizadora da Feira, ainda sem a presença da EMATER-MG, foi aventada a possibilidade de criação de uma moeda social a ser utilizada. As moedas sociais, e de modo mais abrangente as “finanças solidárias”, têm uma trajetória de experiências em Empreendimentos Econômicos Solidários apoiados por diversas ITCP no Brasil (FRANÇA FILHO, 2017).

A presença de gestores públicos nesta reunião possibilitou um diálogo com a administração municipal. Nos contatos que se sucederam, teve papel importante uma funcionária da municipalidade que já havia discutido a possibilidade de implementação de um vale para uso dos servidores municipais em uma das feiras que haviam sido criadas e não tiveram sequência. Desta conversa surgiu a proposta de Projeto de Lei que destinasse um valor simbólico mensal, aos servidores municipais, para que fosse utilizado na Feira a ser criada.

Este projeto foi objeto de discussão e elaboração na equipe de coordenação da Feira, onde adquiriu o formato de uma proposta de regulamentação da própria Feira, incluindo o Vale Feira. Contando com apoio da maioria dos vereadores, o projeto tornou-se Lei Municipal (nº 1271) em novembro de 2021, dois meses antes da primeira edição da Feira.

De acordo com a referida Lei:

Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a instituir o Programa Vale Feira aos servidores públicos do Poder Executivo, estatutários, ocupantes de cargos em comissão, servidores temporários e estagiários, no valor de R\$ 10,00 (dez reais) mensais por servidor, para serem utilizados na Feira da Agricultura Familiar e Economia Solidária do Município de Paula Cândido-MG, promovendo dessa forma o incentivo à aquisição dos produtos dos agricultores familiares do município e a promoção da Segurança Alimentar e Nutricional.

A prefeitura possui atualmente 400 funcionários recebendo este benefício, possibilitando com que apenas com a renda do vale a Feira movimente anualmente aproximadamente

R\$ 42.600,00¹⁶. De acordo com a Lei, o Vale somente pode ser utilizado para compra de produtos da agricultura familiar, devendo assim o feirante possuir a Declaração de Aptidão ao Pronaf (DAP). A estratégia do Vale Feira tem se mostrado eficiente, pois aumentou a circulação de pessoas na Feira, e estimulou o consumo de outros produtos, além daqueles adquiridos com o valor do Vale. Como explica a Entrevistada 1:

Porque além do valor disponibilizado pela prefeitura, ninguém que vai à feira gasta somente os R\$10,00. E esse dinheiro, não é gasto, por exemplo, com Chopp e pastel, ele é destinado apenas para os produtos da agricultura familiar no município devendo ser agrícola. Então, além disso, o pessoal que vai ainda consome o chopp, consome o pastel, a feira tem um giro muito, muito grande da economia local, assim acredito que hoje deve a circular mais de R\$7.000,00, na feira por mês. (ENTREVISTADA 1).

A Feira oportunizou aprimorar a intervenção de agentes do desenvolvimento rural, sendo possível políticas públicas como o “Vale Feira”, mas também se destaca o protagonismo dos feirantes e reconhecimento dos produtos locais.

¹⁶ Este valor varia em função do número de funcionários que trocam o Vale Feira durante o mês devido a não utilização.

CONCLUSÃO

A motivação inicial para a criação e manutenção de uma feira livre em Paula Cândido é antiga e tem origem na necessidade de um espaço para comercialização de produtos locais da agricultura familiar. O processo aqui descrito e analisado é resultado de uma ação coletiva em que diversas instituições e indivíduos se mobilizam e se comprometeram com a finalidade de consolidar a Feira no município. Por meio de experiências anteriores os atores envolvidos buscaram somar e evitar reincidir ações que haviam contribuído para a descontinuidade das tentativas anteriores.

Nota-se que, a pluralidade de atores envolvidos no processo de criação e organização da Feira foi primordial na proposição de ideias e elaboração de estratégias para a sua manutenção. Em tentativas anteriores, percebeu-se que o local de realização da feira era um fator determinante para a participação dos munícipes. Em vista disso, a Feira passou a ocorrer na região central da cidade, em frente a prefeitura e comércios, em uma rua de grande circulação de pessoas, dando visibilidade às barracas, aos produtos e à própria Feira.

Ademais, não só, mas também como um atrativo para possíveis consumidores, as apresentações culturais no espaço da Feira, fizeram com que ela se tornasse um espaço de lazer, bem como um potencial ponto turístico. Essa estratégia se mostrou eficiente, pois aumentou a circulação de pessoas na Feira; e estimulou o consumo de produtos. A Feira oportunizou aprimorar a intervenção de “agentes de desenvolvimento rural”, sendo possível a formulação e a implementação de políticas públicas como o “Vale Feira”. Também se destaca o protagonismo dos feirantes e reconhecimento dos produtos locais.

Destarte, a Feira de Agricultura Familiar e Economia Solidária de Paula Cândido-MG tem se mostrado como uma possibilidade de ganho de visibilidade e protagonismo dos produtores rurais e artesãs de Paula Cândido. Foi identificado que a mudança social que a organização coletiva proporciona ao cidadão é de suma importância, agregando valores e destaque a um movimento que vai além do econômico, onde possibilita o acesso às atividades de assessoramento e a oportunidade de adquirir novos conhecimentos, inclusive na área administrativa, empresarial e mercadológica.

Por serem dinâmicas às ações coletivas, é evidente que existem pontos de melhorias na Feira. No entanto, ela se mostra em processo de maturação. Assim, a Feira se apresenta como uma alternativa para facilitar a venda dos produtos dos agricultores familiares e artesãs, pois o

próprio produtor vende seus produtos diretamente ao consumidor, o que aumenta os rendimentos deste por não haver interferência de intermediários.

Como observado a partir dos argumentos de Melucci (2001), as ações coletivas não possuem uma direção linear, elas acontecem em um ambiente de negociação e disputas. Logo, compreender os conflitos e os discursos dos diferentes atores que contribuíram e contribuem com a Feira são uma agenda para uma pesquisa futura. Por fim, e não menos importante, este estudo reafirma a relevância de se estudar a ação coletiva e as estratégias desenvolvidas através desta, como os circuitos curtos de comercialização, neste caso a Feira da Agricultura Familiar e Economia Solidária de Paula Cândido-MG.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABRAMOVAY, R. Agricultura familiar e desenvolvimento territorial. **Reforma Agrária**, v.28, n.1, p. 2, 1998.

ABRAMOVAY, R. Desenvolvimento sustentável: qual a estratégia para o Brasil?. **Novos Estudos CEBRAP**, p. 97-113, 2010.

ALONSO, A. As teorias dos movimentos sociais: um balanço do debate. **Lua Nova**, n.76, p. 49-86, 2009.

BARDIN L. **Análise de conteúdo**. Lisboa: Edições 70, 2001.

BECKER, C.; ANJOS, F. S. Segurança alimentar e desenvolvimento rural: limites e possibilidades do Programa de Aquisição de Alimentos da agricultura familiar, em municípios do sul gaúcho. **Segurança Alimentar e Nutricional**, v.17, n.1, p. 61-72, 2010.

CAPORAL, F. R.; RAMOS, L. D. F. **Da extensão rural convencional à extensão rural para o desenvolvimento sustentável**: enfrentar desafios para romper a inércia. Brasília: MDA, 2006.

COELHO, F. M. G. **A arte das orientações técnicas no campo**: concepções e métodos. 2ª ed. rev. e ampl. Viçosa-MG: Suprema, 2014.

COSTA, B. A. L.; DOURADO, G. F.; SILVA, M. G. (Orgs.). **Saberes construídos na Economia solidária**: experiências e vivências na Incubadora Tecnológica de Cooperativas Populares da UFV. Viçosa: Organização Cooperativa de Agroecologia, 2017.

COSTA, B. A. L.; SANTOS, C. C. B.; PRIORE, S. E. Aproximando produção e consumo: a experiência do projeto de extensão “Quintal Solidário”. **Elo – Diálogos em Extensão**, v.8, n.1, p. 9-14, 2019.

COSTA, B. A.; SILVA, M. G.; DOURADO, G. F. A experiência da ITCP-UFV: aprendizados coletivos construídos na Economia Solidária. In: COSTA, B. A. L.; DOURADO, G. F.; SILVA, M. G. (Orgs.). **Saberes construídos na Economia solidária**: experiências e vivências na Incubadora Tecnológica de Cooperativas Populares da UFV. Viçosa: Organização Cooperativa de Agroecologia, 2017.

DAROLT, M. R. Circuitos curtos de comercialização de alimentos ecológicos: reconectando produtores e consumidores. In: NIERDELE, P.; ALMEIDA, L.; VEZANNI, F. M. **Agroecologia**: práticas, mercados e políticas para uma nova agricultura. **Curitiba: Kairós**, 2013. Pp. 139-170.

DAROLT, M.; LAMINE, C.; BRANDENBURG, A. A diversidade dos circuitos curtos de alimentos ecológicos: ensinamentos do caso brasileiro e francês. **Revista Agriculturas: Experiências em Agroecologia**, v.10, n.2, p. 8-13, 2013.

DIAS, M. M. A extensão universitária entre e o assistencialismo, o mercado e a emancipação social. 10 p. Disponível em: https://www.academia.edu/45120516/A_extens%C3%A3o_universit%C3%A1ria_entre_e_o_assistencialismo_o_mercado_e_a_eman-cipa%C3%A7%C3%A3o_social. Acesso em: dez. 2021.

DIAS, M. M. Ação extensionista na prática: modalidades de interação entre técnicos e agricultores. 17 p. Disponível em: https://www.academia.edu/44352507/A%C3%A7%C3%A3o_extensionista_na_pr%C3%A1tica_modalidades_de_intera%C3%A7%C3%A3o_entre_t%C3%A9cnicos_e_agricultores. Acesso em: jan. 2022.

FRANÇA FILHO, G. C. O Imperativo de Desenvolvimento Territorial na Economia Solidária e o Papel da Incubadora Tecnológica. In: SOUZA, A. R.; ZANIN, M. **A Economia Solidária e os desafios globais do trabalho**. São Carlos-SP: EdUFSCar, 2017.

FRANÇOIS, M. **Comercializar os produtos locais**: circuitos curtos e circuitos longos. Inovação no meio rural. Caderno nº 7. [s. l.]: Observatório Europeu LEADER, jul. 2000.

GIL, A. C. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 6ª ed. Editora Atlas SA, 2009.

GOHN, M. G. M. **Teorias dos movimentos sociais: paradigmas clássicos e contemporâneos**. Edições Loyola, 1997.

GUZMÁN, E. S. **Canales cortos de comercialización alimentaria en Andalucía**. Andalucía: Centro de Estudios Andaluces, Consejería de la Presidencia e Igualdad, 2012.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Censo Agropecuário 2017**. Disponível em <https://sidra.ibge.gov.br/pesquisa/censo-agropecuario/censo-agropecuario-2017>.

KAGEYAMA, A. A., BERGAMASCO, S. M. P. P. e OLIVEIRA, J. T. A. Uma tipologia dos estabelecimentos agropecuários do Brasil a partir do Censo de 2006. **Revista de Economia e Sociologia Rural**, v. 51, n. 1, p. 105-122, jan./mar. 2013.

MELUCCI, A. **A invenção do presente: movimentos sociais nas sociedades complexas**. Vozes, 2001.

OCTAVIANO, C. Muito além da tecnologia: os impactos da Revolução Verde. **ComCiência**, Campinas, n. 120, 2010.

OLIVEIRA, M. L. R. Reflexões sobre o uso de metodologias participativas como instrumento de trabalho em comunidades rurais. **Em Extensão**, v.14, n.1, p. 30-51, 2015.

OSLON, M. **A lógica da ação coletiva**: os benefícios públicos e uma teoria dos grupos sociais. São Paulo: Editora da USP, 1999.

PLOEG, J. D. V. D. **Camponeses e impérios alimentares**: lutas por autonomia e sustentabilidade na era da globalização. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2008.

PORTAL CARAVELAS. Dados e Estatística. Paula Cândido-MG. Disponível em: <https://www.caravela.info/regional/paula-c%C3%A2ndido---mg>. Acesso em: jul. 2022.

RAUPP, F. M.; BEUREN, I. M. Metodologia da pesquisa aplicável às ciências. In: BEUREN, I. M. **Como elaborar trabalhos monográficos em contabilidade: teoria e prática**. 3ª ed. São Paulo: Atlas, 2006. Pp. 76-97,

SABOURIN, E. **Camponeses do Brasil, entre troca mercantil e reciprocidade**. Rio de Janeiro, Garamond, 2009.

SÁ-SILVA, J. R.; ALMEIDA, C. D.; GUINDANI, J. F. Pesquisa documental: pistas teóricas e metodológicas. **Revista Brasileira de História & Ciências Sociais**, v.1, n.1, p. 1-15, 2009.

SCHNEIDER, S. Mercados e agricultura familiar. In: Marques, F. C.; Conterato, M. A.; Schneider, S. (Orgs). **Construção de mercados e agricultura familiar: desafios para o desenvolvimento rural**. Porto Alegre: Editora da UFRGS. Pp. 93-140.

SILVA, A. R. B. M. Efeitos da pandemia Covid-19 na produção e comercialização de alimentos por cooperativas da agricultura familiar (Rio Grande do Norte, 2020). 2020. **Trabalho de Conclusão de Curso**. Universidade Federal do Rio Grande do Norte.

SILVA, G. P. et al. Perfil e percepções dos feirantes em relação a feira livre dos municípios de São Pedro do Sul (RS) e Santo Augusto (RS). **Revista Monografias Ambientais**, v.14, n.2, p. 3203-3212, 2014.

SINGER, P. **Introdução à economia solidária**. Fundação Perseu Abramo, 2002.

TARROW, S. **El poder en movimiento: los movimientos sociales, la acción colectiva y la política**. 2ª ed. Madri: Alianza, 2009.

THIOLLENT, M. Construção do conhecimento e metodologia da extensão. **Revista Cronos**, v. 3, n. 2, 2002.

WANDERLEY, M. N. B. A agricultura familiar no Brasil: um espaço em construção. **Reforma Agrária, Campinas**, v. 25, n. 2/3, p. 37-57, 1995.

WANDERLEY, M. N. B. **O mundo rural como um espaço de vida: reflexões sobre a propriedade da terra, agricultura familiar e ruralidade**. Editora da UFRGS, 2009.

YIN, R. K. **Estudo de caso: planejamento e métodos**. Bookman, 2001.

ANEXO I

Roteiro para entrevista em profundidade com membros da coordenação da Feira

1. Nome
2. Formação
3. Profissão
4. Instituição/cargo
5. Função no projeto
6. Como ocorreu a formação do grupo da comissão?
7. Como se dá o método organizativo do grupo de feirantes junto com os coordenadores?
8. Como se dá a atuação dos agentes públicos e não públicos envolvidos antes, durante e após a criação da feira?
9. Como se deu o planejamento das ações para a criação da Feira da Agricultura Familiar de Paula Cândido?
10. Como ocorre a sua atuação na execução do projeto?
11. Quais as principais dificuldades enfrentadas para a organização do processo de comercialização
12. Realizar uma caracterização das atividades econômicas da feira e identificar as principais dificuldades para seu desenvolvimento, durante o processo de organização e comercialização?
13. Como você avalia a satisfação dos feirantes quando os procedimentos da ação junto aos feirantes?

Questionário aos feirantes

1. Quais produtos comercializa na feira?